

A contraprova da má gestão

A DETERIORAÇÃO dos serviços públicos de saúde no Brasil tem no Estado do Rio e especialmente na Baixada Fluminense uma de suas mais completas amostragens. E examinando-a através das duas reportagens publicadas nos últimos dias pelo GLOBO, não se pode fugir à impressão de um recuo no tempo: doenças de fácil controle ou prevenção, como a hanseníase e a tuberculose, aumentam e se espalham assustadoramente. Os índices sanitários de agora são inferiores, em muitos casos, aos registrados na década passada.

EM todo o mundo, desde a descoberta da penicilina, há mais de 40 anos, tinha-se como certo o declínio dos casos de tuberculose. No entanto, ela aumentou no Estado do Rio; e não apenas em incidência (aumento de 50,04%). Matou, só no ano passado, uma pessoa a cada seis horas. Parece que estamos nos preparando para realizar às avessas o compromisso da maioria dos chefes de Estado dos países em desenvolvimento, em meados da década passada: atingir 90% de imunização contra a tuberculose, através da vacina BCG.

QUANTO à hanseníase, o problema mais grave está na própria falta do controle sanitário. Estimam os médicos ser maior sua incidência na Baixada, com difusão provável para os subúrbios cariocas de Bangu, Campo Grande, Jacarepaguá, Penha e Irajá. Mas não se conseguiu ainda vencer, para um diagnóstico mais seguro da situação, os obstáculos postos pela ignorância e preconceito. Resultado: se oficialmente há 4.480 hansenianos em Belfort Roxo, São João de Meriti e Nova Iguaçu, o número real pode ser até três vezes maior.

A MISÉRIA, a subnutrição, o desemprego e a falta de saneamento básico têm sua parte na origem desse quadro. Mas, para seu agravamento tão acentuado e tão brusco, não serão razão suficiente. Esta, há que a buscar na ausência ou negligência do estado. O quadro sanitário, na amostra que temos aqui e no universo do país inteiro, é o espelho de um Governo que trata a saúde pública com preocupação residual; quase como um resto a desprezar.

RASTREANDO o problema atual da tuberculose e han-

seníase no Estado do Rio, vamos dar diretamente na Central de Medicamentos (Ceme), do Ministério da Saúde, que tem o monopólio da distribuição de medicamentos para tratamento específico de tais males. E como a Ceme se tem comportado?

NO primeiro semestre deste ano, das 5,7 milhões de cápsulas de Rifampicina composta com Isoniazina, para tratamento da tuberculose, pedidas pela Secretaria de Saúde, a Ceme enviou apenas 1,9 milhão. E o estoque de Clofazimina, para tratamento dos casos mais graves de hanseníase, disponível no Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária, mal dá para atender à demanda de dois meses.

POR consternador que seja, o quadro sanitário do Brasil não poderia entretanto fazer surpresa, desde que a Ceme e a Fundação Nacional de Saúde passaram a se notabilizar pelas denúncias de escândalos e de lesão ao patrimônio público mais do que por sua finalidade institucional. Depois, de fato, que elas foram afastadas da obrigação de zelar pela saúde pública.